



DIAGNÓSTICO DE SUSTENTABILIDADE

PORTUÁRIO - NAVEGAÇÃO - AEROPORTUÁRIO



MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS



DIAGNÓSTICO DE SUSTENTABILIDADE

PORTUÁRIO - NAVEGAÇÃO - AEROPORTUÁRIO



MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS





Ministério de Portos e Aeroportos

Silvio Serafim Costa Filho

Ministro de Portos e Aeroportos

Secretaria Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos

Mariana Pescatori Candido da Silva

Secretária Executiva

Larissa Amorim

Diretora de Sustentabilidade

Equipe Técnica da Secretaria Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos

Rafaela Gomes de Souza e Silva

Coordenadora-Geral de Sustentabilidade

Vitor Brasil Paixão da Costa

Coordenador de Políticas Setoriais de Descarbonização e Mudança do Clima

Associação de Terminais Portuários Privados

Murillo Barbosa

Diretor -Presidente

Gabriela Costa

Diretora-Executiva

Equipe Técnica da ATP

Bárbara Cavalcanti Rosa

Coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento

Tathiane Mesquita

Coordenadora de Comunicação

Joelma Miranda

Analista de Pesquisa e Desenvolvimento

Dyego Santos

Analista de Comunicação

Ana Clara Valério

Estagiária de Pesquisa e Desenvolvimento



SILVIO COSTA FILHO

Ministro do Ministério de Portos e Aeroportos

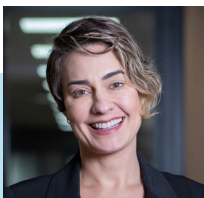
“Nossa Política de Sustentabilidade vai muito além de intenções. O MPor está empenhado em integrar e promover práticas sustentáveis na infraestrutura portuária, hidroviária e aeroportuária brasileira, garantindo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. Nossos esforços têm o objetivo de promover o transporte sustentável, reduzir as emissões de gases de efeito estufa no setor e adotar tecnologias e práticas inovadoras para fomentar a descarbonização, além de contribuir para garantir um ambiente igualitário e inclusivo”.



MARIANA PESCATORI

Secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos

“Não queríamos um emaranhado de diretrizes e boas intenções, mas algo concreto. Vamos definir metas, cronogramas e projetos voltados à transformação energética, descarbonização e mudanças climáticas, além de envolver a iniciativa privada com metas claras.”



LARISSA AMORIM

Diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos

“A Política de Sustentabilidade reflete nosso compromisso com a preservação ambiental, a responsabilidade social e a governança ética, alinhando nossas ações aos princípios do desenvolvimento sustentável”.



MURILLO BARBOSA

Diretor-Presidente da ATP

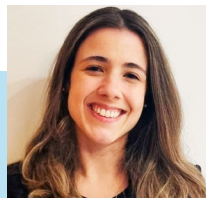
“A Política de Sustentabilidade, liderada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), representa um avanço fundamental para consolidar a agenda de descarbonização e integrar de forma estruturada as práticas ESG no setor portuário e aeroportuário. Ciente da importância dessa transição, a ATP tem atuado de forma técnica e colaborativa na construção da Pesquisa de Sustentabilidade, mobilizando seus associados e contribuindo para que os terminais privados estejam preparados para os novos desafios e exigências globais”.



GABRIELA COSTA

Diretora Executiva da ATP

“A Política de Sustentabilidade é fundamental para promover o crescimento econômico do setor portuário juntamente com seu desenvolvimento sustentável. Para que isso seja alcançado, é de grande importância um diagnóstico detalhado que servirá como ponto de partida do trabalho. A ATP tem grande satisfação de poder construir essa entrega junto com o poder público.”



BÁRBARA ROSA

Coordenadora de Pesquisa e
Desenvolvimento da ATP

“A pesquisa de sustentabilidade representa um marco fundamental na construção de uma agenda estruturada para os setores portuário, de navegação e aeroportuário. Ela serve como linha de base para que, nos próximos anos, possamos medir o impacto real da Política de Sustentabilidade e do Pacto firmado com o setor”.



Sumário

1 Introdução	10
2 Metodologia	12
3 Indicadores Ambientais	15
4 Indicadores Sociais	18
5 Indicadores de Governança	21
6 Resultados da Pesquisa	24
6.1 Setor Portuário	25
6.1.1 Ambiental	25
6.1.2 Social	28
6.1.3 Governança	32
6.2 Setor de Navegação	36
6.2.1 Ambiental	36
6.2.2 Social	38
6.2.3 Governança	40
6.3 Setor Aeroportuário	42
6.3.1 Ambiental	42
6.3.2 Social	44
6.3.3 Governança	46
6.4 Empregos Gerados e Pessoas Afetadas	48
7 Resultados da Pesquisa	50

1-Introdução

A presente pesquisa constitui iniciativa conjunta do **Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)** e da **Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)**, concebida no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as instituições em dezembro de 2024, voltado à promoção da inovação e da sustentabilidade nacional. Trata-se de um esforço técnico-científico de coleta e sistematização de dados com o objetivo de mapear, de forma abrangente e criteriosa, o grau de aderência das organizações atuantes nos setores portuário, de navegação e aeroportuário às diretrizes e boas práticas associadas aos critérios ESG – Environmental, Social and Governance (ambiental, social e governança).

A relevância desta pesquisa decorre não apenas da necessidade de compreender o estágio atual de maturidade institucional e operacional dessas organizações frente à crescente demanda por condutas empresariais sustentáveis, mas também de seu caráter instrumental. Os dados obtidos representam insumo estratégico para a formulação de políticas públicas setoriais, o aperfeiçoamento da regulação infralegal e o direcionamento de ações de planejamento governamental voltadas à promoção de modelos de desenvolvimento sustentáveis e inclusivos.

Ao estabelecer um retrato atualizado das práticas ESG adotadas por entes públicos e privados que operam em setores logísticos e de infraestrutura essenciais à economia brasileira, esta pesquisa oferece subsídios concretos para o fortalecimento institucional, a elevação da

competitividade e o alinhamento do Brasil às agendas internacionais de sustentabilidade corporativa e climática.

Esta pesquisa constitui, ainda, a segunda etapa de um ciclo estruturado de ações estratégicas promovidas pelo Ministério de Portos e Aeroportos, voltado à consolidação da agenda ESG no âmbito da logística nacional. A primeira etapa desse ciclo consistiu na elaboração da Política de Sustentabilidade, bem como na instituição do Pacto pela Sustentabilidade, ambos já formalmente instituídos e em vigor. Tais instrumentos normativos representam marcos orientadores para a incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança, mediante compromissos voluntários que se alinham às melhores práticas internacionais.

O processo de adesão ao Pacto pela Sustentabilidade foi iniciado em janeiro de 2025, tendo como prazo final para a formalização das adesões referentes ao ano de 2025 o mês de junho. Nesse sentido, a pesquisa ora apresentada assume papel fundamental como linha de base (*baseline*), possibilitando, em exercícios futuros, a análise comparativa da evolução das práticas ESG nos setores avaliados. A partir da consolidação das adesões e da internalização progressiva dos compromissos pactuados, será possível verificar, com base empírica, em que medida a política pública de sustentabilidade e o pacto correlato influenciaram a adoção de medidas concretas e estruturantes por parte das entidades envolvidas.

Dessa forma, a presente iniciativa não apenas contribui para a transparência e diagnóstico do momento atual, como também estabelece os fundamentos técnico-científicos para a avaliação longitudinal dos impactos gerados pelas políticas públicas de sustentabilidade do MPOR, fortalecendo a governança setorial e a *accountability* perante a sociedade e os órgãos de controle.

2-Metodologia

A presente pesquisa de sustentabilidade, empreendida pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) em estreita cooperação com a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), foi concebida com o escopo de aferir, de modo sistemático e padronizado, o grau de aderência das entidades dos setores portuário, aquaviário e aeroportuário às diretrizes e práticas relacionadas aos critérios ESG – Environmental, Social, Governance (ambiental, social e de governança, respectivamente).

O instrumento metodológico adotado consistiu na aplicação de questionário estruturado, de natureza predominantemente objetiva, contendo itens de verificação binária (respostas do tipo “sim” ou “não”), permitindo, dessa forma, a obtenção de dados quantitativos padronizados, passíveis de análise estatística e comparativa. O universo pesquisado foi segmentado de acordo com a natureza jurídica e operacional das organizações consultadas, conforme a seguinte classificação:



SETOR PORTUÁRIO

- *Administrações Portuárias - Portos*
- *Arredamentos*
- *Terminais Autorizados*



SETOR AEROPORTUÁRIO



SETOR AQUAVIÁRIO

- *Navegação Marítima*
- *Navegação Interior*

As questões formuladas foram dispostas em três eixos temáticos fundamentais, que espelham os pilares do conceito ESG. Por meio de questões binárias, buscou-se averiguar a existência dos seguintes instrumentos e práticas corporativas:



Ambiental

- Política de Sustentabilidade
- Projeto de Descarbonização
- Regularização Ambiental
- ISE
- ICO2
- ISO 14001



Governança

- Equidade de gênero
- Combate ao Assédio
- Controles Internos
- Compliance
- Auditoria Externa
- Gestão da Qualidade (9001)



Social

- Estatuto e Política Social
- Comunicação com a comunidade
- Projetos Sociais
- ISO 26000

Adicionalmente, a pesquisa incorporou perguntas de caráter quantitativo-financeiro, a fim de captar o volume de recursos investidos em ações relacionadas ao ESG nos exercícios de 2023 e 2024, bem como aferir os impactos sociais mensuráveis dessas iniciativas, por meio da quantificação de empregos diretos gerados e do número estimado de pessoas beneficiadas pelas ações implementadas.

Ressalta-se que o questionário foi encaminhado às entidades participantes entre os meses de outubro e novembro de 2024. Em razão desse cronograma, observou-se certa variação no grau de completude das informações relativas aos investimentos realizados no exercício de 2024. Enquanto alguns terminais reportaram o valor integral previsto para o ano, outros informaram apenas os montantes efetivamente investidos até o mês de outubro ou até o encerramento do primeiro semestre, refletindo, portanto, diferentes estágios de

consolidação orçamentária no momento do preenchimento.

Após a sistematização dos dados obtidos, é possível delinear, ao final do processo analítico, o panorama nacional da maturidade ESG nos setores abordados, além de servir como subsídio técnico para a formulação de políticas públicas, projetos de âmbito nacional e instrumentos de fomento à sustentabilidade nas atividades portuárias, aquaviárias e aeroportuárias.

3-Indicadores Ambientais

Adimensão ambiental constitui o eixo estruturante da governança ESG, ao traduzir, em práticas concretas, o compromisso institucional com a preservação do meio ambiente, a redução de impactos negativos e a transição para modelos operacionais mais sustentáveis. No presente capítulo, serão detalhadamente apresentados os indicadores ambientais utilizados na pesquisa, com o objetivo de esclarecer os conceitos que fundamentam cada item, bem como sua relevância para a avaliação da maturidade ambiental das organizações.

Os indicadores selecionados refletem aspectos normativos, operacionais e estratégicos da atuação ambiental das empresas, abrangendo desde a existência de políticas formais de sustentabilidade até a adoção de métricas reconhecidas internacionalmente, como certificações e inventários de emissões. A seguir, cada um desses elementos será brevemente descrito, com foco em sua natureza, escopo de aplicação e função no contexto da gestão ambiental corporativa.

Indicador	Descrição
POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	A existência de uma política de sustentabilidade formalmente instituída constitui um dos principais indicadores da maturidade institucional de uma organização no tocante à gestão ambiental. Trata-se de um instrumento normativo interno que expressa, de forma sistematizada, os princípios, diretrizes e compromissos assumidos pela entidade em relação à sustentabilidade, abrangendo seus aspectos ambientais, sociais e de governança.

**PROJETO DE
DESCARBONIZAÇÃO**

Os projetos de descarbonização consistem em iniciativas voltadas à redução de emissões de gases de efeito estufa, como modernização energética, eletrificação de equipamentos e uso de combustíveis alternativos. Sua presença indica o compromisso da empresa com a transição para uma economia de baixo carbono, sendo um importante sinalizador de alinhamento às metas mundiais e de integração estratégica da sustentabilidade à gestão empresarial.

**INVENTÁRIO DE
EMISSIONES**

O inventário de emissões é o instrumento técnico que quantifica os gases de efeito estufa gerados pelas atividades da organização. Sua existência demonstra o compromisso com a transparência ambiental e é etapa fundamental para a gestão eficiente de emissões. Como indicador, permite aferir se a empresa conhece seu impacto e está apta a definir metas de redução embasadas em dados concretos. Para fins desta pesquisa, considerou-se como positivo o levantamento do inventário em qualquer escopo, inclusive quando realizado exclusivamente para o escopo 1 (emissões diretas).

**REGULARIZAÇÃO
AMBIENTAL**

A regularização ambiental compreende o atendimento a todas as exigências legais e normativas aplicáveis, incluindo licenças, autorizações e condicionantes ambientais. Este indicador assegura a conformidade legal das operações, sendo a fase inicial de qualquer ação ambiental.

**ISE - ÍNDICE DE
SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL**

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é uma ferramenta da B3 que avalia o desempenho das empresas listadas sob a perspectiva da sustentabilidade corporativa, considerando critérios de eficiência econômica, responsabilidade ambiental, justiça social e boas práticas de governança.

**ICO2 (ÍNDICE
CARBONO NEUTRO)**

O Índice de Carbono Eficiente (ICO2) foi desenvolvido pela B3 em parceria com o BNDES e é composto por empresas integrantes do IBRX100 que adotam práticas transparentes em relação às suas emissões de gases de efeito estufa. Para fazer parte do índice, é obrigatório que a companhia divulgue anualmente seu inventário de emissões.

ISO 14001

A norma ISO 14001 define os requisitos para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), contribuindo para a sustentabilidade e o controle dos impactos ambientais da atividade portuária, aeroportuária e de navegação. A certificação atesta que a empresa adota práticas eficazes de gestão ambiental e demonstra compromisso com a proteção do meio ambiente.

No que concerne aos indicadores ambientais selecionados para a presente pesquisa de sustentabilidade, cumpre ressaltar que, no tocante ao inventário de emissões de gases de efeito estufa, considerou-se como atendimento positivo a elaboração do escopo 1, não sendo exigida, para esse fim, a inclusão dos escopos 2 e 3.

Ressalte-se, ademais, que, ao longo da análise, há que se ponderar os resultados obtidos por meio dos indicadores ISE e ICO2. Ambos são aplicáveis exclusivamente às companhias listadas na B3, sendo o ICO2 ainda mais restrito, por se limitar às empresas que integram o Índice Brasil 100 (IBRX100), indicador que reflete o desempenho médio das cotações dos 100 ativos com maior negociabilidade e representatividade no mercado acionário brasileiro.

Considerando que diversas empresas respondentes do questionário não se enquadram nesse universo, ainda que possuam interesse ou alinhamento com as práticas sustentáveis aferidas por tais indicadores, restam impossibilitadas de obtê-los. Tal circunstância é especialmente recorrente no caso dos Terminais de Uso Privado (TUP) e das empresas de navegação.

4-Indicadores Sociais

O presente capítulo tem por escopo apresentar os indicadores sociais adotados como referência no âmbito da pesquisa de sustentabilidade. A seleção dos indicadores se pautou em parâmetros amplamente reconhecidos no campo da responsabilidade socio empresarial, com o objetivo de aferir o grau de comprometimento das organizações com a dimensão social da agenda ESG.

Foram considerados, para fins desta avaliação, os seguintes indicadores: a existência de política institucional ou projeto voltado à prevenção e ao combate ao assédio no ambiente de trabalho; a adoção de medidas destinadas à promoção da equidade de gênero nas estruturas organizacionais; a disponibilidade de canais de comunicação formais com a comunidade do entorno; o desenvolvimento ou apoio a projetos sociais; e, por fim, a adesão às diretrizes da norma ISO 26000, que trata da responsabilidade social e orienta boas práticas de governança socialmente responsável.

A escolha desses indicadores buscou contemplar diferentes vertentes da atuação social empresarial, abrangendo desde a formalização de compromissos internos até a efetiva interação com a sociedade, com vistas à promoção de práticas organizacionais éticas, transparentes e socialmente responsáveis.

A seguir, cada um desses indicadores será brevemente descrito, com foco em sua natureza, escopo de aplicação e função no contexto da gestão social corporativa:

Indicador	Descrição
CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE	O indicador avalia se a organização mantém meios institucionais de diálogo com a comunidade, como ouvidorias, plataformas digitais ou audiências públicas. Tais canais promovem a transparência, fortalecem a confiança pública e permitem incorporar demandas sociais à tomada de decisão, prevenindo conflitos e promovendo maior aceitação social. Sua inclusão no questionário de sustentabilidade se justifica por refletir o compromisso da organização com a dimensão social da sustentabilidade, baseada no diálogo, na escuta ativa e na responsabilidade com os públicos impactados.
PROJETOS SOCIAIS	O indicador avalia se a organização desenvolve iniciativas voltadas ao benefício de comunidades, como ações de educação, saúde, capacitação profissional ou apoio a grupos vulneráveis. Esses projetos demonstram o compromisso da instituição com seu entorno social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e fortalecendo as relações com a comunidade, por isso sua inclusão no questionário da pesquisa de sustentabilidade.
ISO 26000 - DIRETRIZES PARA RESPONSABILIDADE SOCIAL	A adoção da ISO 26000 pelas organizações demonstra o compromisso em seguir os princípios e boas práticas da responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, incluindo a promoção da saúde e do bem-estar da sociedade. A norma orienta as organizações a levarem em consideração as expectativas das partes interessadas, promovendo transparência, ética e diálogo aberto.

PROJETO(S) DE EQUIDADE DE GÊNERO

Esse indicador verifica se a organização desenvolve iniciativas específicas para promover a igualdade no ambiente de trabalho, garantindo oportunidades justas e respeito às diversidades de gênero. Sua inclusão no questionário de sustentabilidade é essencial para avaliar o compromisso da organização com a justiça social e a promoção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e equilibrado.

PROJETOS DE COMBATE AO ASSÉDIO

O indicador avalia se a organização possui políticas e ações efetivas para prevenir e combater qualquer forma de assédio, seja moral, sexual ou qualquer outra manifestação que prejudique o ambiente de trabalho. O combate ao assédio é uma ação crucial para garantir a segurança, o respeito e a dignidade dos colaboradores, promovendo um ambiente saudável e produtivo. Representa um compromisso importante da organização com a integridade e o bem-estar social, dimensões indispensáveis para a sustentabilidade.



5-Indicadores de Governança

A governança corporativa constitui um dos pilares essenciais da sustentabilidade institucional, razão pela qual este capítulo dedica-se à apresentação dos indicadores utilizados para avaliar essa dimensão no âmbito da pesquisa de sustentabilidade. A abordagem adotada buscou refletir o grau de estruturação e comprometimento das organizações com princípios de integridade, controle, transparência e qualidade na gestão.

Foram analisados, sob essa perspectiva, os seguintes elementos: a existência de estatuto ou política institucional, que demonstra o comprometimento da instituição a partir da elaboração de diretrizes éticas e normas de conduta; a presença de mecanismos de controle interno que contemplem regramento voltado às questões ESG; a constituição de setor ou função voltada à conformidade (compliance); a realização de auditoria externa como prática de validação e transparência; e, por fim, a adoção da norma ISO 9001, relacionada à gestão da qualidade e à eficiência dos processos organizacionais.

A inclusão desses indicadores permitiu aferir não apenas a formalização de estruturas de governança, mas também o nível de aderência das organizações às melhores práticas institucionais. A seguir, cada um desses indicadores será brevemente descrito, com foco em sua natureza, escopo de aplicação e função no contexto da governança corporativa.

Indicador	Descrição
ESTATUTO OU POLÍTICA SOCIAL	O indicador avalia se a organização conta com um documento formal que define sua estrutura jurídica, regras de funcionamento, formas de deliberação, além de os princípios e diretrizes que orientam sua atuação. A existência do estatuto é fundamental para a governança, permite verificar o grau de formalização e clareza na organização interna, o que é essencial para garantir transparência, previsibilidade e responsabilidade na condução das atividades empresariais.
CONTROLES INTERNOS COM REGRAMENTO ESG	Avalia se a organização adota mecanismos formais de gestão que integram critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas práticas internas. A presença desses controles demonstra que a empresa não trata os temas ESG apenas como compromissos externos, mas como parte estruturante de sua gestão de riscos, conformidade e tomada de decisão.
SETOR DE COMPLIANCE	A presença de um setor de <i>compliance</i> demonstra que a organização adota mecanismos específicos para garantir o cumprimento de normas legais e regulatórias, além de promover a ética e a integridade em suas operações. Esse tipo de estrutura é essencial para a governança corporativa, pois ajuda a prevenir fraudes, reduzir riscos e fortalecer a transparência. Ao ser incluído no questionário de sustentabilidade, esse indicador permite avaliar o comprometimento da organização com práticas responsáveis e com a construção de um ambiente de negócios confiável.

AUDITORIA EXTERNA

As auditorias externas são instrumentos técnicos de avaliação independente que conferem credibilidade à gestão organizacional. Essas auditorias são essenciais para a validação de controles internos, certificações, balanços e conformidade com padrões regulatórios e operacionais, contribuindo para a transparência, segurança e confiabilidade institucional.

9001 - GESTÃO DE QUALIDADE

A norma ISO 9001 estabelece diretrizes para a implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), com foco na padronização de processos, satisfação do cliente e melhoria contínua. Sua adoção promove maior eficiência operacional, redução de não conformidades e aumento da confiança dos usuários e parceiros comerciais na prestação dos serviços logísticos.

6-Resultados da Pesquisa

No presente capítulo, apresentam-se os resultados consolidados da pesquisa de sustentabilidade, estruturados segundo os **três setores analisados: portuário, aeroportuário e de navegação**. Ao todo, foram contabilizadas 108 respostas válidas, distribuídas da seguinte forma: 78 relativas ao setor portuário, 20 ao setor de navegação e 10 ao setor aeroportuário.



As Administrações Portuárias dos portos organizados que participaram da pesquisa foram responsáveis por 96,6% da movimentação total registrada em 2024 para essa categoria, o que equivale a aproximadamente 458,2 milhões de toneladas. Quanto aos terminais autorizados, a amostra da pesquisa abrangeu instalações responsáveis por 85% da movimentação nacional dos TUP e ETCs, o

que equivale a cerca de 719,7 milhões de toneladas movimentadas. Tais percentuais demonstram a relevância quantitativa e estratégica do universo de terminais contemplados nesta pesquisa.

Quanto ao setor aeroportuário, destaca-se que os aeroportos respondentes transportaram, em 2024, um total de 166,52 milhões de passageiros, o que representa 83,6% do transporte nacional registrado no período. O grau de cobertura da amostra revela-se igualmente robusto, conferindo elevado grau de legitimidade aos dados apresentados.

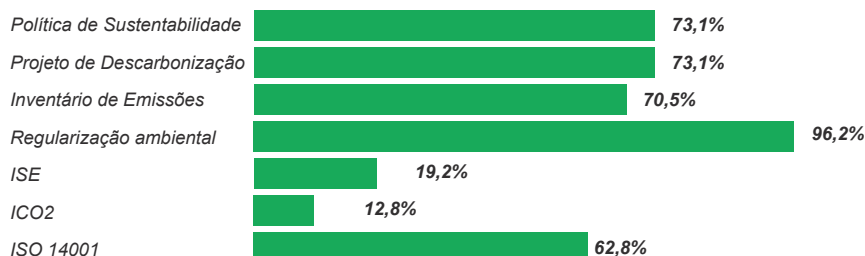
As informações obtidas foram tratadas de forma agregada, sem individualização das respostas, a fim de resguardar a confidencialidade dos respondentes e permitir uma análise mais abrangente do panorama setorial.

6.1) Setor Portuário

6.1.1) Ambiental

A crescente relevância das questões ambientais tem impulsionado mudanças significativas na forma como o setor portuário planeja e conduz suas operações. Em um cenário onde a sustentabilidade passou a ser um diferencial competitivo e um requisito regulatório, torna-se fundamental avaliar em que medida o setor tem incorporado práticas voltadas à gestão ambiental.

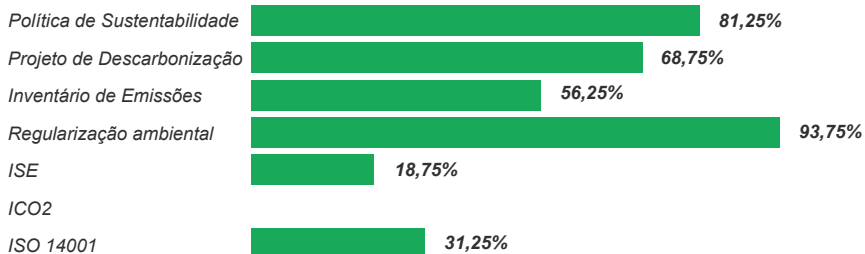
O levantamento realizado junto às empresas do setor portuário revelou uma taxa média de **58,2% de adesão** aos indicadores ambientais analisados. Isto é, o nível de aderência aos indicadores, das empresas que responderam ao questionário, é de mais da metade. Esse percentual evidencia que, embora haja iniciativas relevantes em curso, ainda existe um espaço importante para a ampliação e consolidação de práticas sustentáveis no segmento.

Gráfico 1 – Percentual de Adesão do Setor Portuário aos Indicadores ambientais

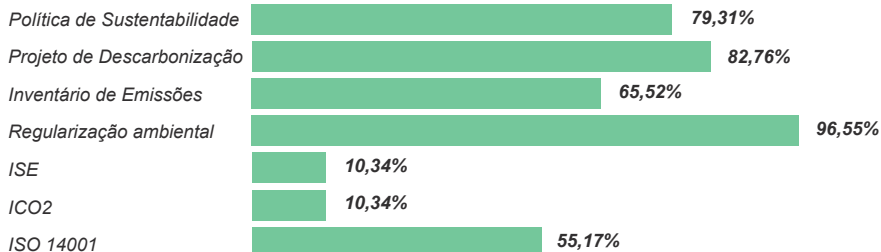
Os indicadores com menor adesão foram o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), com 19,2%, e o ICO2 (Índice de Carbono Neutro), com apenas 12,8%. No entanto, conforme apontado no Capítulo 3, ambos os indicadores possuem características específicas que limitam sua aplicabilidade direta ao setor portuário, o que pode ter influenciado significativamente o resultado. Se esses dois elementos fossem desconsiderados da análise, o índice médio de adesão ambiental do setor saltaria de 58,2% para 75,1%, refletindo o desempenho mais robusto.

Considerando a segmentação interna do setor portuário, observa-se que as administrações portuárias apresentaram 50% de adesão aos indicadores ambientais analisados, enquanto os arrendamentos alcançaram 63,2% e os Terminais Autorizados (TUP e ETC) 57,1%. Os gráficos a seguir, trazem os resultados conforme essa segmentação.

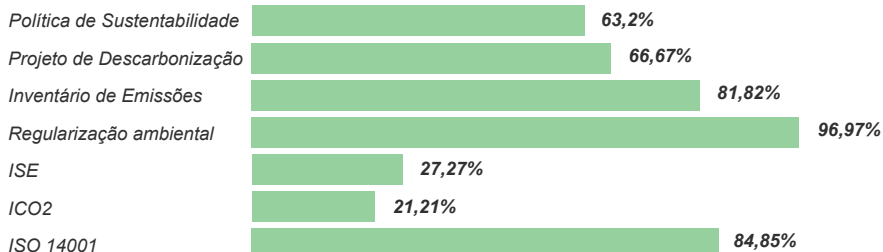
50% - Administrações Portuárias - Portos Organizados



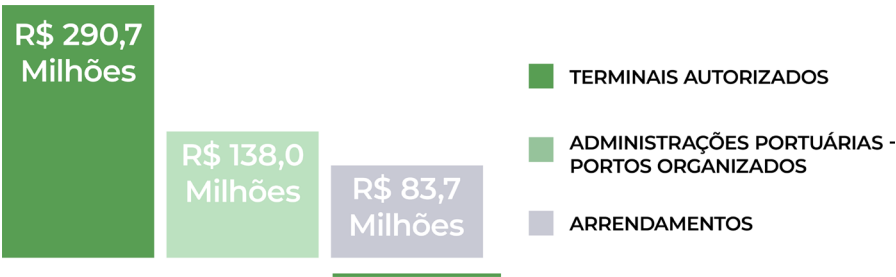
57,1% - Terminais Autorizados



63,2% - Arrendamentos



Investimentos nas iniciativas ambientais do setor portuário
nos anos de 2023 e 2024

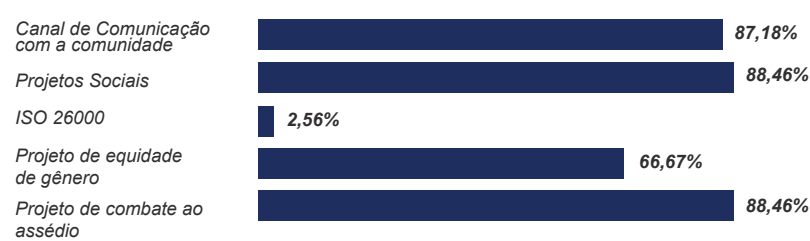


6.1.2) Social

Os indicadores sociais desempenham papel fundamental na avaliação do comprometimento das organizações com ações como a valorização do capital humano, a promoção da equidade e a integração com as comunidades em seu entorno. Ao refletirem aspectos como condições de trabalho, inclusão, bem-estar e responsabilidade social, os indicadores fornecem parâmetros essenciais para aferir o alinhamento das empresas a uma atuação ética e socialmente responsável, indo além do desempenho econômico e ambiental.

A apuração dos dados relativos aos indicadores sociais revelou uma **taxa média de adesão de 66,7%**, desempenho superior ao verificado no eixo ambiental. Esse resultado sinaliza maior maturidade e priorização das iniciativas voltadas à dimensão social por parte das empresas do setor portuário, ainda que persistam desafios importantes para o aprimoramento contínuo dessas práticas.

Gráfico 2 – Percentual de Adesão do Setor Portuário aos Indicadores sociais



Através dos dados dispostos no gráfico 2, é possível inferir a baixa adesão a ISO 26000, instrumento que traz diretrizes para orientar as organizações na adoção de práticas de responsabilidade social. Ressalta-se que a ISO 26000 não é uma norma de sistema de gestão que possa ser certificada, ou seja, ela serve como um guia de diretrizes. Dessa forma, o incentivo para sua aplicação é baixo, fazendo com que a maioria dos terminais sigam apenas algumas orientações cuja aplicabilidade se encaixe ao seu contexto. Caso esse indicador fosse retirado do escopo da pesquisa, o setor portuário alcançaria **82,7% de taxa média de adesão** aos indicadores sociais.

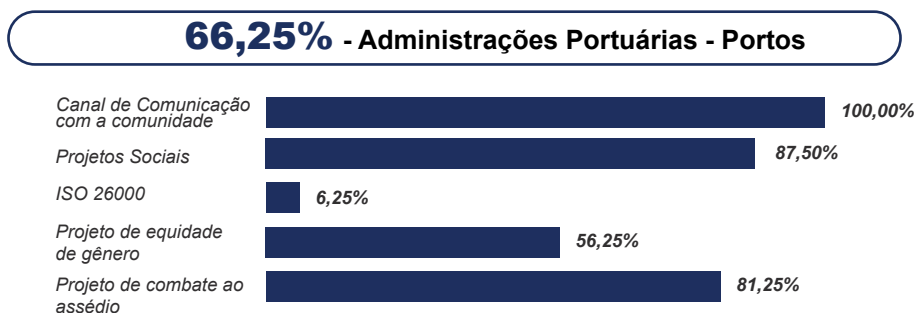
Desconsiderada a ISO 26000, cujo caráter orientativo e não certificável limita sua adoção prática pelas organizações, observa-se que o indicador com menor taxa de adesão entre os demais refere-se à implementação de projetos voltados à equidade de gênero, com uma taxa média de 66,67% de adesão. Embora o setor portuário venha demonstrando compromisso crescente com a agenda da diversidade e inclusão, o ritmo de avanço nessa dimensão específica ainda se mostra limitado, em grande parte devido a fatores estruturais e ao histórico de baixa participação feminina nas atividades portuárias. Trata-se de um campo onde persistem barreiras culturais e institucionais, que exigem esforços contínuos e coordenados para que as práticas inclusivas se consolidem de forma efetiva e sustentável.

Com o objetivo de estimular avanços nesse campo, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) passou a contemplar, no escopo do programa Portos + Brasil, uma premiação específica voltada ao reconhecimento de terminais com maior equidade de gênero em seu quadro de funcionários. Trata-se de uma medida de incentivo que, embora recente, tende a fomentar maior engajamento institucional com políticas de equidade, ao conferir visibilidade e valorização pública.

Já entre os indicadores sociais com maior índice de adesão, estão

os projetos sociais e projetos de combate ao assédio, ambos com adesão média de 88,46%. A ascensão da pauta de combate ao assédio reflete uma maior conscientização sobre a importância de ambientes de trabalho seguros e respeitosos. Nesse cenário, instrumentos normativos e orientadores, como o Guia de Prevenção e Combate ao Assédio no Setor Portuário, elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), têm desempenhado papel relevante ao oferecer diretrizes práticas e conceituais que auxiliam o setor portuário na estruturação de políticas efetivas de enfrentamento a condutas abusivas.

A análise segmentada do indicador social no setor portuário, apresentada no quadro a seguir, evidencia particularidades relevantes. As administrações portuárias dos portos organizados apresentaram elevado grau de aderência à existência de canais de comunicação com a comunidade, com 100% das unidades indicando a adoção dessa prática. O que demonstra um elevado grau de institucionalização da interlocução com o público externo.



66,21% - Terminais Autorizados



67,27% - Arrendamentos



Os terminais autorizados por sua vez, sobressaíram-se pela ampla implementação de projetos sociais, sendo que 93,1% dos respondentes declararam desenvolver iniciativas voltadas ao entorno ou a grupos vulneráveis. Já entre os arrendamentos portuários, observou-se maior ênfase em ações específicas de enfrentamento ao assédio, com 96,9% das unidades informando a existência de projetos ou políticas estruturadas nesse tema.

Além dos indicadores selecionados para a avaliação, os investimentos sociais realizados pelo setor portuário refletem o grau de responsabilidade das empresas com as comunidades do entorno, com seus trabalhadores e com o desenvolvimento local.

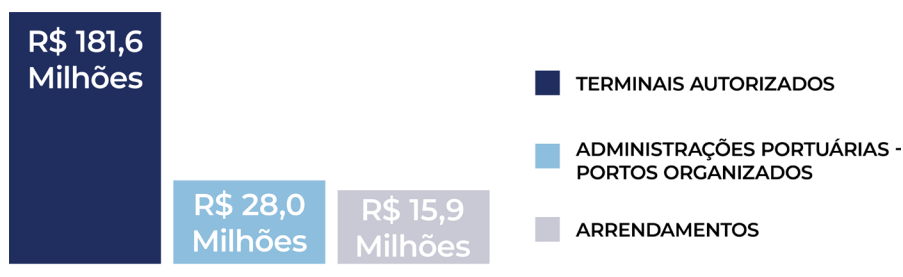
Abaixo, analisa-se o valor de investimentos realizados em iniciativas como projetos educacionais, apoio a ações comunitárias, atividades

de integração entre o porto e a cidade, e outras práticas voltadas à promoção do bem-estar social.

Ao longo de 2023 e 2024 foram investidos aproximadamente 225,5 milhões em iniciativas sociais no setor portuário, refletindo seu esforço em incorporar a responsabilidade social como parte estratégica da sua atuação. Os Terminais Autorizados informaram R\$ 181,6 milhões investidos, enquanto as Administrações Portuárias declararam R\$ 28 milhões e os Arrendamentos R\$ 15,9 milhões.

Ainda que parte dessa diferença possa estar associada ao número de respondentes por segmento e à ausência de consolidação dos dados de 2024 por algumas empresas, os valores mais modestos declarados por Administrações e Arrendamentos sugerem que há espaço significativo para ampliação dos aportes sociais nesses grupos. O fortalecimento dessa dimensão é essencial para consolidar a sustentabilidade como prática transversal, especialmente em temas como inclusão, diálogo com comunidades e bem-estar organizacional.

Investimentos nas iniciativas sociais do setor portuário
nos anos de 2023 e 2024



6.1.3) Governança

Os indicadores de governança são fundamentais para aferir o grau de institucionalização das práticas que asseguram transparência, integridade e conformidade na atuação empresarial. Tais indicadores refletem o compromisso das organizações com princípios de boa

governança corporativa, incluindo mecanismos de controle interno, auditoria, gestão da qualidade e conformidade com normativos éticos e regulatórios.

No setor portuário, a presença de estruturas como setores de compliance, auditoria externa independente, certificações de qualidade (como a ISO 9001), regramentos internos com diretrizes ESG e políticas sociais formalizadas, constitui elemento essencial para a gestão responsável e sustentável das atividades.

Gráfico 3 – Percentual de Adesão do Setor Portuário aos Indicadores de governança

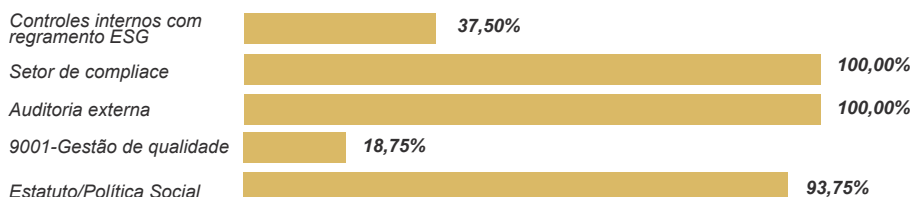


A análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado revelou uma **taxa média de adesão de 77,9%** aos indicadores de governança. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, por dois indicadores com elevada taxa de aderência: a existência de setor de compliance e a formalização de estatuto ou política social, ambos com 89,7% de adesão entre as empresas respondentes.

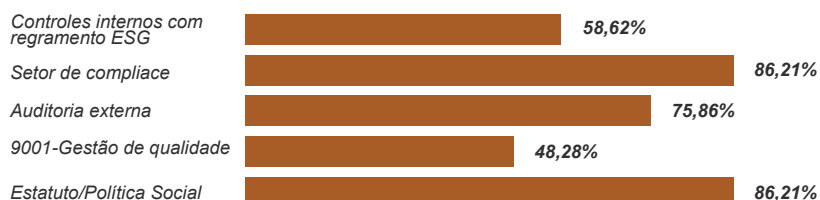
A presença de um setor de compliance demonstra o comprometimento das organizações com a integridade corporativa, a prevenção de irregularidades e a conformidade com a legislação aplicável, o que fortalece a confiança nas relações institucionais e comerciais. Já a adoção de estatuto ou política social indica que essas empresas incorporam formalmente valores e diretrizes voltadas à responsabilidade social e à governança, conferindo maior previsibilidade e estabilidade às suas ações.

Por outro lado, os indicadores com menor taxa de adesão foram a certificação ISO 9001 – Gestão da Qualidade, com 60,26%, e a existência de controles internos com regramento ESG, com 62,8%. A baixa adesão a esses instrumentos pode sinalizar a necessidade de maior incentivo à adoção e à disseminação desses sistemas, bem como de ações voltadas à apresentação de seus benefícios práticos. Fortalecer a cultura de gestão no setor portuário requer não apenas estruturação organizacional, mas também o engajamento das lideranças e o compartilhamento de boas práticas que evidenciem o valor estratégico de uma governança qualificada e integrada.

70,00% - Administrações Portuárias - Portos



71,03% - Terminais Autorizados



87,88% - Arrendamentos

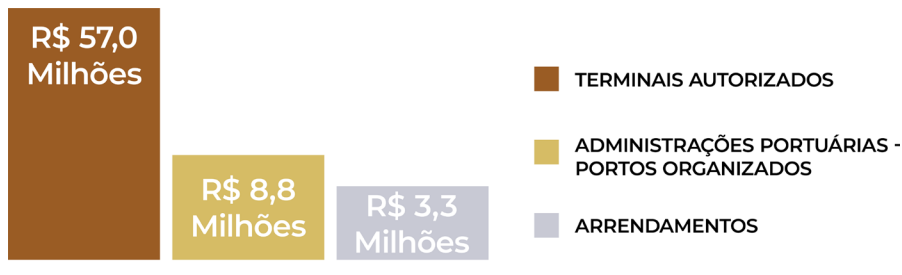


O grupo dos arrendamentos foi o que apresentou maior percentual de adesão aos indicadores de governança no segmento portuário, com uma adesão de mais de 87%, seguidos pelos terminais autorizados, com média de 71% e as administrações portuárias com 70%.

No âmbito da governança corporativa, os investimentos desempenham papel estratégico, pois são indicativos da maturidade administrativa e do alinhamento das organizações aos princípios fundamentais da governança corporativa.

Entre os anos de 2023 e 2024 o setor portuário apresentou um volume total de R\$ 69,1 milhões investidos em iniciativas voltadas à governança, refletindo o esforço das empresas na consolidação de estruturas institucionais mais robustas, transparentes e alinhadas às boas práticas de gestão.

Investimentos nas iniciativas de governança do setor portuário nos anos de 2023 e 2024



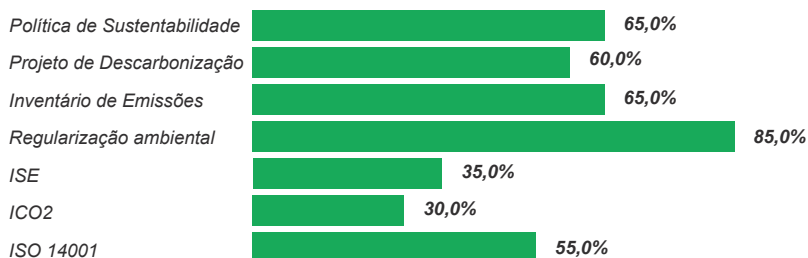
6.2) Setor de Navegação

6.2.1) Ambiental

A navegação é, por natureza, um modal ambientalmente vantajoso. Apresenta baixas emissões de gases de efeito estufa por tonelada transportada e alta eficiência energética. Por operar majoritariamente em vias naturais, como rios e mares, requer menos intervenções em infraestrutura, o que reduz os impactos ambientais decorrentes da construção e manutenção de suas rotas. Com a incorporação gradual de combustíveis alternativos e tecnologias mais limpas, seu potencial de sustentabilidade tende a se ampliar ainda mais.

O levantamento realizado junto às empresas de navegação indicou uma **taxa média de 56,43%** de adesão aos indicadores ambientais analisados. Isso significa que, entre as empresas que responderam ao questionário, a média de conformidade ficou um pouco acima da metade dos critérios estabelecidos.

Gráfico 4 – Percentual de Adesão do Setor de Navegação aos Indicadores



No tocante aos indicadores ambientais aferidos no âmbito da pesquisa, observa-se que uma parcela significativa dos respondentes — correspondente a 65% do total — declarou possuir política de sustentabilidade formalmente estruturada, bem como inventário de emissões de gases de efeito estufa. Tal dado revela um grau relevante de institucionalização de práticas ambientais no setor, evidenciando

o alinhamento progressivo das operações de navegação às diretrizes internacionais voltadas à mitigação dos impactos ambientais e à promoção da sustentabilidade.

O indicador da regularização ambiental, revela que 85% dos respondentes declararam estar plenamente regularizados junto aos órgãos competentes. Embora esse percentual represente um resultado positivo, especialmente diante da complexidade e das especificidades dos processos regulatórios aplicáveis ao setor, é importante destacar que, por se tratar de uma exigência legal, o ideal seria que a totalidade das operações estivesse em plena conformidade, sendo necessário esforços adicionais no sentido de alcançar a universalização da regularização ambiental.

Já entre os indicadores com o menor índices registrados está a adoção do ICO2 (30,0%). Essa baixa adesão é semelhante à observada no setor portuário e aeroportuário, sendo explicada pelo indicador só ser aplicável a empresas listadas no Índice Brasil 100 (IBrX100).



No âmbito dos investimentos realizados pelo setor de navegação na área ambiental, observa-se um montante de R\$ 17,8 milhões aplicados em iniciativas ambientais ao longo de 2023 e 2024. expectativa é de que esse volume de investimentos seja ampliado nos próximos anos, sobretudo em razão da evolução das normativas internacionais, a exemplo das novas diretrizes da Organização

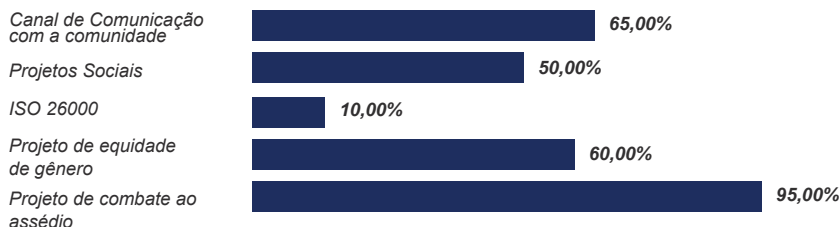
Marítima Internacional (IMO), que estabelecem metas globais progressivas para a descarbonização do setor marítimo, incentivando a adoção de tecnologias mais limpas e a transição para combustíveis de baixo carbono.

6.2.2) Social

Os aspectos sociais avaliados no setor das empresas de navegação buscam mensurar o grau de comprometimento com práticas de responsabilidade social e promoção de relações mais justas e inclusivas.

O levantamento realizado revelou uma taxa média de 56,00% de adesão a esses indicadores entre as empresas respondentes. Embora esse percentual seja ligeiramente inferior ao verificado nos setores portuário e aeroportuário, observa-se que a diferença não se apresenta de forma expressiva. Tal resultado adquire relevância adicional quando se considera que, diferentemente dos portos e aeroportos — que operam a partir de instalações fixas e, portanto, possuem maior facilidade para estruturar canais de diálogo com a comunidade, implementar projetos sociais e estabelecer parcerias locais —, as empresas de navegação enfrentam limitações inerentes à natureza itinerante de suas operações, o que pode representar um desafio adicional à implementação de ações sociais contínuas e articulada.

Gráfico 5 – Percentual de Adesão do Setor de Navegação aos Indicadores sociais



Os dados apresentados no gráfico 5 apontam que o setor de navegação tem dado atenção a temas sociais relevantes, especialmente no que diz respeito ao combate ao assédio (95,0%) e à manutenção de canais de comunicação com a comunidade (65,0%). O elevado índice no primeiro item evidencia um compromisso consolidado com a integridade e segurança no ambiente de trabalho, aspecto fundamental para a promoção de relações laborais saudáveis. Já a presença de canais de diálogo com a comunidade demonstra sensibilidade social e abertura ao relacionamento com públicos de interesse, contribuindo para a construção de uma operação mais responsável e alinhada com a integração de todos os envolvidos.

Por outro lado, o menor percentual de adesão foi registrado na adoção das diretrizes da ISO 26000 (10,0%), que trata da responsabilidade social nas organizações. Esse dado sugere uma oportunidade de melhoria na estruturação de práticas sociais segundo padrões internacionalmente reconhecidos. Avançar na internalização dessas diretrizes pode favorecer a coerência entre iniciativas isoladas e uma política social mais integrada, permitindo maior rastreabilidade, governança e transparência das ações.



Acerca dos investimentos realizados pelas empresas de navegação na área social, observa-se o montante de R\$ 14,1 milhões aplicados. Considerando-se as particularidades operacionais do setor,

especialmente a ausência de um ponto territorial fixo de atuação, é fundamental refletir sobre estratégias investimentos que favoreçam uma maior integração entre essas empresas e a sociedade.

Ainda que a mobilidade seja uma característica intrínseca à navegação, existem diversas iniciativas que podem ser adotadas para fortalecer seu papel social, tais como o desenvolvimento de programas itinerantes de educação ambiental nas comunidades ribeirinhas, o apoio a projetos de capacitação profissional nas regiões onde ocorrem operações frequentes e a criação de canais permanentes de escuta social por meios digitais.

6.2.3) Governança

A análise de governança no setor de navegação buscou avaliar o nível de estruturação e transparência dos processos internos das empresas, considerando boas práticas que contribuem para a integridade corporativa e a tomada de decisão responsável.

O levantamento apontou uma taxa média de 71,00% de adesão aos indicadores de governança entre as empresas participantes. Comparando com a média ambiental e social, a de governança foi a que mais se destacou dentro do setor de navegação. Esse resultado demonstra um grau avançado de maturidade na governança corporativa do setor, refletindo esforços consistentes na consolidação de estruturas que asseguram a conformidade, a eficiência e a transparência das operações.

Gráfico 6 – Percentual de Adesão do Setor de Navegação aos Indicadores de governança



De acordo com o gráfico 6, a análise dos indicadores de governança no setor de navegação mostra um bom nível de estruturação em temas essenciais de controle e conformidade. Os maiores índices de adesão foram registrados para auditoria externa (85,00%) e setor de compliance (80,00%), indicando que a maioria das empresas respondentes já adotam mecanismos formais de fiscalização e prestação de contas, o que contribui para a transparência e a integridade dos processos internos.

O menor percentual foi identificado no item gestão da qualidade (ISO 9001), com 55,00%. Embora o índice represente mais da metade das respostas, ele aponta para a necessidade de avanço na implementação de sistemas voltados à padronização e à melhoria contínua. A adoção mais ampla da ISO 9001 pode fortalecer os processos operacionais e aumentar a eficiência, especialmente em um setor que lida com altas exigências regulatórias e operacionais.



O eixo de governança concentrou o maior volume de investimentos do setor de navegação ao longo de 2023 e 2024, totalizando R\$ 40 milhões. Esse valor representa uma parcela significativa dos recursos declarados pelas empresas do setor, superando os montantes direcionados às dimensões ambiental e social. O dado evidencia que, no recorte da amostra analisada, a governança foi o eixo com maior alocação financeira, o que contribui para delinear o perfil de priorização dos investimentos reportados pelas organizações participantes da pesquisa.

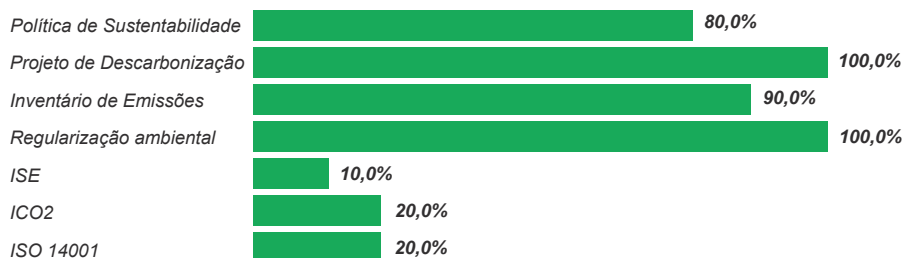
6.3) Setor Aeroportuário

6.3.1) Ambiental

No setor aeroportuário, os indicadores ambientais constituem instrumentos fundamentais para o acompanhamento sistemático da sustentabilidade das operações, permitindo aferir o cumprimento de obrigações legais, mitigar externalidades negativas e promover a melhoria contínua da performance ambiental.

Considerando que essa atividade econômica é frequentemente objeto de críticas em razão de seus impactos, torna-se indispensável a adoção de métricas que assegurem transparência, rastreabilidade e controle sobre tais efeitos. O acompanhamento da evolução desses indicadores não apenas respalda a conformidade com a legislação ambiental vigente, mas também representa um mecanismo de prestação de contas à sociedade.

Gráfico 7 – Percentual de Adesão do Setor Aeroportuário aos Indicadores ambientais



A apuração dos dados relativos aos indicadores ambientais no setor aeroportuário revelou uma **taxa média de adesão de 60%**. O desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo fato de 100% das empresas aeroportuárias que responderam ao questionário afirmarem possuir projeto de descarbonização em curso, além de estarem com suas licenças e regularizações ambientais plenamente atualizadas.

A presença universal desses dois indicadores foi determinante para elevar a média geral de adesão, refletindo o engajamento do setor com a redução das emissões e a conformidade com as exigências legais. O cenário demonstra avanços importantes na agenda ambiental aeroportuária, especialmente diante das crescentes pressões regulatórias e sociais por maior responsabilidade ambiental no setor de transporte aéreo.

Já o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi o indicador com menos adesão no setor aeroportuário, com apenas 10% dos respondentes afirmando segui-lo. A baixa aderência ao indicador segue a tendência observada no setor portuário e de navegação, sendo explicada pela necessidade de a empresa estar listada na B3.

As principais medidas de descarbonização citadas na pesquisa pelas empresas do setor aeroportuário envolvem a substituição progressiva de fontes fósseis por soluções de menor impacto ambiental, com destaque para a implantação de sistemas elétricos de apoio a aeronaves em solo (400Hz e PCA), a eletrificação de frotas operacionais, a troca de lâmpadas convencionais por LED e a instalação de usinas fotovoltaicas.

Tais ações são frequentemente acompanhadas por planos formais de gestão de carbono, com metas de neutralidade até 2050, e por certificações internacionais como o Airport Carbon Accreditation (ACA), conferindo reconhecimento externo à efetividade das medidas implementadas e reforçando o alinhamento do setor às diretrizes globais de enfrentamento das mudanças climáticas.

A destinação de recursos financeiros a iniciativas ambientais no setor aeroportuário também constitui indicativo relevante do grau de internalização dos princípios da sustentabilidade na gestão da infraestrutura de transporte aéreo. O setor aeroportuário investiu R\$ 138,4 milhões em iniciativas ambientais ao longo de 2023 e 2024, refletindo sua adesão à pauta da sustentabilidade.



6.3.2) Social

A dimensão social da sustentabilidade vem assumindo protagonismo crescente no setor aeroportuário, à medida que se reconhece a centralidade das relações humanas na prestação do serviço. A avaliação de indicadores sociais permite aferir o grau de

comprometimento das organizações com valores constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e a justiça social.

A apuração dos dados obtidos por meio do questionário revelou uma taxa **média de adesão de 74%** aos indicadores sociais, evidenciando um esforço relevante do setor aeroportuário para incorporar, de forma estruturada, práticas voltadas à promoção de equidade, bem-estar coletivo e integração com a comunidade.

Gráfico 8 - Percentual de Adesão do Setor Aeroportuário aos Indicadores sociais



Os indicadores com maiores adesões foram a existência de projetos sociais, de canais de comunicação com a comunidade e projetos de combate ao assédio. Todas as entidades do setor aeroportuário, participantes da pesquisa, indicaram possuir projetos e ações nesse sentido, atingindo 100% de adesão a esses indicadores.

Nesse contexto, destaca-se a adoção de práticas voltadas à acessibilidade e ao acolhimento, como a implantação de salas multissensoriais para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou com hipersensibilidade sensorial.

Investimentos de natureza social, como os realizados nas salas multissensoriais, assumem papel estratégico ainda mais acentuado, considerando a elevada circulação de pessoas e a complexidade das interações sociais que ocorrem nesses espaços. Os aeroportos configuram-se como pontos de contato direto e constante com a população, exigindo um olhar ainda mais atento para políticas de

inclusão, acessibilidade e bem-estar coletivo.

Com R\$ 195,8 milhões investidos ao longo de 2023 e 2024, o eixo social concentrou o maior volume de aportes ESG no setor, superando os valores registrados nas demais dimensões.



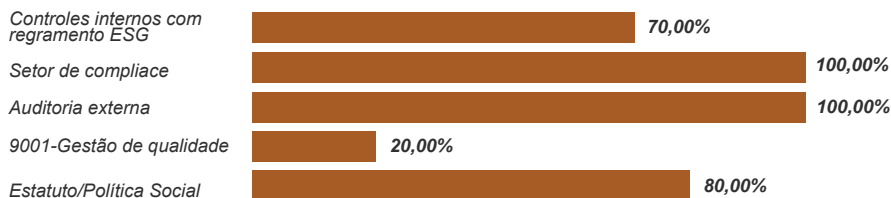
6.3.3) Governança

No setor aeroportuário, a governança corporativa está diretamente associada à gestão eficiente da operação, ao cumprimento de normativos regulatórios e à prestação de serviços com qualidade, segurança e transparência. Considerando o elevado grau de exigência institucional e a interface permanente com usuários, concessionárias, agências reguladoras e demais atores públicos, esse eixo assume papel essencial para garantir previsibilidade, estabilidade e confiança nas atividades aeroportuárias. Elementos como auditorias externas, setores de compliance e certificações de qualidade integram esse escopo, funcionando como instrumentos de estruturação e controle da gestão.

O levantamento apontou uma **taxa média de 74,00%** de adesão das empresas do setor aos indicadores de governança. Todo o escopo de entrevistados afirmou apresentar área destinada ao compliance da empresa, além de realizarem procedimentos de avaliação junto a uma auditoria externa.

Ficaram abaixo da média de governança do setor portuário os indicadores relacionados a controles internos com regramento ESG, e a adesão a ISO 9001. É interessante ressaltar que a ISO 9001 auxilia a organização a mapear os requisitos que devem ser atendidos para demonstrar sua capacidade de fornecer produtos e serviços de alta qualidade. Nesse contexto, sua adesão pelo setor aeroportuário se mostra estratégica, especialmente por se tratar de um ambiente com múltiplos prestadores de serviço e grande interação com o público.

Gráfico 9 – Percentual de Adesão do Setor Aeroportuário aos Indicadores de governança



O eixo de governança recebeu R\$ 16,3 milhões em investimentos. O setor aeroportuário parte de uma base institucional mais consolidada,

com estruturas formais de compliance, auditoria externa e gestão da qualidade. Assim, os aportes registrados indicam um movimento de manutenção e fortalecimento dessas práticas, voltado à continuidade da transparência e da eficiência na operação aeroportuária.

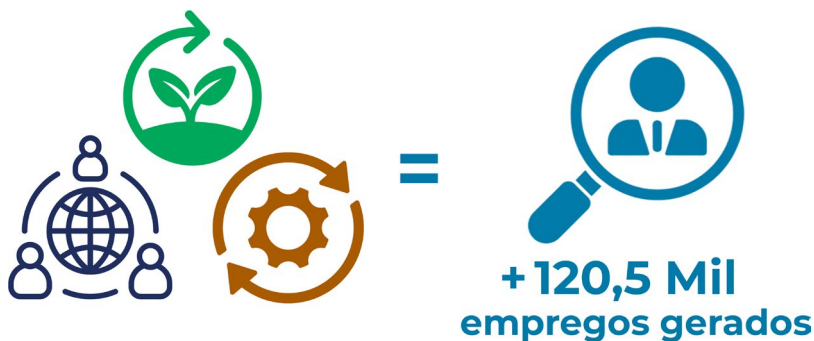
6.4) Empregos Gerados e Pessoas Afetadas

As práticas ESG vêm se consolidando como importantes catalisadoras de desenvolvimento socioeconômico no setor de infraestrutura logística. Além dos benefícios ambientais e de governança, os projetos implementados nos setores portuário, de navegação e aeroportuário têm gerado impactos significativos na geração de emprego e na transformação da realidade de milhares de pessoas. A mensuração desses efeitos permite ampliar a compreensão do papel estratégico da sustentabilidade como vetor de inclusão, qualificação e fortalecimento de vínculos com as comunidades do entorno.



Em relação às pessoas diretamente afetadas pelas iniciativas ESG, os dados da pesquisa apontam um número superior a 11,3 milhões de indivíduos impactados pelas ações implementadas nos anos de 2023 e 2024. Esse resultado evidencia a capilaridade das medidas socioambientais, que envolvem desde projetos educacionais, ações de saúde e capacitação profissional até programas de engajamento comunitário e comunicação institucional. Ao alcançar essa magnitude, as práticas sustentáveis extrapolam os limites

operacionais das empresas e se consolidam como instrumentos de transformação social, contribuindo para a redução de desigualdades e o fortalecimento da inclusão social.



No que se refere à geração de postos de trabalho, as iniciativas ESG também se mostraram relevantes, com mais de 120,5 mil empregos diretos criados ao longo do período analisado. Esses dados demonstram a força da sustentabilidade como alavanca para a dinamização da economia, especialmente em um contexto em que os setores avaliados demandam mão de obra qualificada, engajada e alinhada aos novos padrões de eficiência e responsabilidade. Ao promover a criação de empregos por meio de projetos estruturados, os investimentos em ESG reafirmam seu papel como estratégia de longo prazo capaz de combinar resultados econômicos e ganhos sociais.

7-Próximos passos

A presente pesquisa, ao examinar o desempenho dos setores de navegação, portuário e aeroportuário sob a ótica dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG), permitiu não apenas a aferição global do grau de aderência a tais diretrizes, mas também a identificação precisa dos aspectos que demandam aprimoramento específico. Tal constatação viabiliza a construção de um diagnóstico técnico e a identificação de ações para o fortalecimento de cada setor.

Diante desse cenário, entende-se que o passo subsequente à divulgação dos resultados deve consistir na estruturação de projetos e iniciativas voltados à elevação do desempenho nos indicadores que se apresentaram fragilizados.

Uma vez que uma política constitui o nível mais elevado de diretriz programática, e sua implementação efetiva se dá por meio da estruturação de projetos e iniciativas, que organizam e operacionalizam seus objetivos. Entende-se que, uma vez já desenvolvida a Política de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), e já realizado o diagnóstico da sustentabilidade nos três setores, o passo subsequente deve consistir na estruturação de projetos e iniciativas voltados à elevação do desempenho nos indicadores que se apresentaram fragilizados.

A adoção de medidas estruturadas poderá incluir, a título exemplificativo, o estímulo a adoção de controles internos associados ao regramento ESG, a estruturação de campanhas e ações ambientais em nível nacional para os três setores, bem como a formulação de estratégias voltadas à ampliação dos investimentos sociais com efetiva integração da sociedade.

A conjugação entre o diagnóstico técnico produzido e a atuação planejada do poder público poderá viabilizar a construção de metas setoriais progressivas, passíveis de monitoramento periódico, bem como fomentar a consolidação de uma cultura institucional orientada à melhoria contínua dos compromissos ambientais, sociais e de governança, conforme preconizado pelas normativas internacionais e pelas melhores práticas.

Dessa forma, a presente pesquisa, para além de seu caráter diagnóstico, reveste-se de potencial estratégico, na medida em que pode fundamentar a elaboração de planos de ação integrados, fomentar a *accountability* institucional e orientar a priorização de políticas públicas no âmbito dos setores regulados.

